

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Departamento de Ciências Econômicas
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER

MAGDA APARECIDA LIMBERGER TONIAL

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NA
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.

PORTO ALEGRE

2013

MAGDA APARECIDA LIMBERGER TONIAL

A Participação da Mulher na Agroindústria Familiar na Perspectiva do Desenvolvimento
Rural Sustentável

Trabalho de Conclusão de Curso DERAD23 –
Elaboração da Monografia do Curso de
Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento
Rural (PLAGEDER) do Departamento de Ciências
Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Leonardo Xavier da Silva
Coorientadora: Alessandra Troian

PORTO ALEGRE

2013

AGRADECIMENTOS

Conhecimento pressupõe a oportunidade de acessar, interagir, trocar, compartilhar, experimentar e vivenciar. Desta forma a possibilidade de ser uma pessoa melhor e capaz de contribuir para uma sociedade mais equitativa, justa e igualitária. Neste sentido, primeiramente em especial agradeço a minha família pelo apoio, entusiasmo, atenção e carinho nesse desafiador percurso do curso. Segundo, aos tutores e professores que souberam mesmo que a “distância”, mas muito perto, com comprometimento e conhecimento proporcionar o aprendizado. Terceiro, aos meus colegas, amigos pelo apoio e incentivo e pelas horas de troca de conhecimentos. Por fim, de maneira muito carinhosa, agradeço as agricultoras de Rolante que me receberam nas suas propriedades e muito contribuíram a partir de seus conhecimentos e percepções para trabalho de conclusão.

RESUMO

O objetivo desse estudo é examinar a participação das mulheres nas dinâmicas de agroindustrialização da produção familiar, desde a gestão até a comercialização. A pesquisa foi feita no município de Rolante, localizado na Encosta da Serra, no Vale dos Sinos - Paranhana, próximo à região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, que vem desenvolvendo uma política pública de produção e agroindustrialização e comercialização de alimentos, com a finalidade do abastecimento local e regional. Para tanto, se utilizou a análise qualitativa e a coleta de dados para verificar a realidade social, econômica e cultural em que estão inseridas as mulheres rurais, na política de agroindustrialização da produção de alimentos pela agricultura familiar. Constatou-se que as mulheres que têm acessado essa política estão em uma faixa etária social produtiva e possuem um nível de educação superior ao que se identificava, acenando uma nova realidade da escolarização no rural. Verificou-se ainda que mulheres rurais e os mediadores do desenvolvimento rural têm somado conhecimentos e uma força coesa na implantação e condução das agroindústrias familiares. A participação da mulher no espaço da agroindústria está relacionada à tomada de decisão pautada na garantia de sua autonomia e as interfaces de conhecimento, que foram fundamentais para vencer as dificuldades relacionadas à legalização das agroindústrias, à gestão e à busca de mercados, assim como conhecimento histórico, tradição e valores agregados na agroindustrialização de alimentos.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Agroindustrialização. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The aim of this study is to examine the women participation in the dynamics of family production agroindustrialization, from management to commercialization. The research conducted in the city of Rolante, which is located in Encosta da Serra close to the Metropolitan area of Porto Alegre, in the state of Rio Grande do Sul, which is developing a public policy of production and agroindustrialization and commercialization of food, with the function of supplying local and regional. For that was used quantitative analysis and data collection to verify the social, economic and cultural reality in which they operate rural women in policy agroindustrialization of food production of family farmers. It was found that women who have accessed this policy are relatively young and have a level of college education than that identified, demonstrating a new reality of education in rural. Still was found that rural women and rural development mediators have added knowledge and a force in the implatation and conduction of family agribusinesses. The woman participation in the agrobusiness is related to decision making in ensuring their autonomy and at the knowledge interfaces that were critical to win the difficulties related to legalization of agribusinesses, the management and the search for markets, as well as historical knowledge, tradition and aggregated values in food agroindustrialization.

Keywords: Rural women. Agroindustrialization. Rural development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Localização do Município de Rolante	36
Figura 2 - À esquerda, agroindústria de farináceos. À direita, produtos elaborados.	40
Figura 3 - Agroindústria de Suco de Uva.....	41
Figura 4 - Gráfico Público Assistido pela ATER.....	43
Figura 5 - Gráfico Público Assistido pela ATER/Agroindústria	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER/RS	Associação Rio Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNDE	Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SDR	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo
SEAPA	Secretaria Agricultura Agronegócio e Pecuária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROBLEMA DA PESQUISA	13
3 JUSTIFICATIVA	14
4 OBJETIVOS	16
4.1 OBJETIVO GERAL.....	16
4.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS	16
5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
5.1 A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	18
5.2 O PAPEL DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	22
5.3 O PAPEL DA MULHER NOS PROCESSOS AGROINDUSTRIAIS FAMILIARES	24
5.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL	25
5.5 EMPODERAMENTO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	30
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
7 A PATICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL	35
7.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ROLANTE.....	35
7.2 BREVE HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	37
7.3 A PESQUISA DE CAMPO: PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS- COMPOSIÇÃO FAMILIAR, FAIXA ETÁRIA E ESCOLARIDADE.	38
7.4 AS MULHERES RURAIS E O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À AGROINDÚSTRIALIZAÇÃO.....	40
7.5 AS MULHERES RURAIS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR.....	44
7.6 CONTRIBUIÇÕES, PERSPECTIVAS E OS DESAFIOS DAS MULHERES RURAIS NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR.	47
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS MULHERES RURAIS	57

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ENTIDADES LOCAIS58

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E
ESCLARECIDO59**

1 INTRODUÇÃO

O processo de modernização e industrialização a partir de 1960, impulsionado por políticas públicas neoliberais, contribuiu para mudanças socioeconômicas no meio rural. Mudanças significativas no modelo de produção, nas relações sociais, bem como no papel dos atores sociais, entre as quais, está um contínuo processo migratório campo-cidade, em curso ainda nas últimas décadas.

Segundo Brumer et al. (2007) o processo de modernização da agricultura, trouxe a homogeneização do processo de produção agrícola, em razão das mudanças associadas à modernização decorrente da introdução de relações capitalistas no meio rural. Dessa forma a expulsão massiva da população rural para o meio urbano, principalmente de jovens rurais, em sua maioria mulheres, fenômeno que tem continuidade nas últimas décadas.

Abramovay (2005) observa que a continuidade da agricultura familiar estaria comprometida em razão da saída dos jovens do campo e do conseqüente processo que ele denomina envelhecimento rural. Ainda, se refere que o fenômeno do êxodo, atinge principalmente as mulheres, provocando a “masculinização” das áreas rurais.

Conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) 2010, no Brasil, a população feminina equivale a 47,4% das pessoas residentes no meio rural, ou seja, 14.133.191 mulheres. Do total da população rural do Rio Grande do Sul (1.593.638), elas correspondem a 47,6%, ou seja, 759.365 mulheres, muitas delas sem acesso a saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, assentada da reforma agrária, quilombola, indígena e pescadora. As desigualdades de gênero na sociedade têm raízes estruturais históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais, principalmente quanto aos direitos de cidadania (civil, política e social), um dos fatores de discriminação das mulheres.

Nos países pobres e em desenvolvimento, 43% da força de trabalho agrícola é formada por mulheres. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) apresenta na edição 2010-2011 em sua publicação "O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação" que as restrições de gênero provocam uma produtividade de 20% a 30% menor nas lavouras sob controle feminino, em comparação com áreas equivalentes sob comando masculino. Porém as famílias chefiadas por mulheres nem sempre são mais pobres que aquelas chefiadas por homens. Ainda segundo o relatório, as agricultoras se encontram em uma posição de desvantagem em termos da utilização e acesso a bens (terra, gado e

máquinas), insumos (fertilizantes, pesticidas e sementes melhoradas) e serviços (crédito agrícola e de extensão), importantes para a produção agrícola.

É facilmente verificável a maior jornada de trabalho da mulher, que dedica tempo à agricultura, às tarefas domésticas e ao cuidado com os filhos e filhas, o que caracteriza uma tripla jornada. A presença dela na economia rural é marcada por uma forte divisão sexual do trabalho, expressa através da concentração em atividades voltadas ao trabalho reprodutivo e produtivo. As representações da desigualdade foram reforçadas pela noção de ajuda aos homens em casa e de ajuda das mulheres na lavoura ou na produção. Essa divisão sexual do trabalho corresponde ao modelo patriarcal da sociedade que desconsidera a contribuição das mulheres para a geração de renda da família, eleva a segregação do trabalho familiar e elege os homens para gestão e tomada de decisões na unidade de produção familiar ou no grupo de produção.

Essa lógica começa a ser revertida a partir década de 1980, quando ocorre a intensificação de mobilizações dos movimentos e das organizações das mulheres em torno da busca pelo reconhecimento de sua profissão como agricultora, bem como por direitos sociais e civis. A pauta das mobilizações foi para conquistar o acesso à terra, aos direitos previdenciários, ao atendimento em saúde. O que na década seguinte continuou a ocorrer, com o fortalecimento dos movimentos das mulheres rurais e emergência de movimentos específicos das mulheres indígena, quilombola, pescadora e assentada em torno de políticas públicas que atendessem às reais demandas de diferentes realidades vividas no rural.

A partir do ano de 2000, surgem políticas públicas específicas para atender às demandas das mulheres rurais que visando à redução das desigualdades de gênero e ao apoio na construção da autonomia econômica, social e política. Entre elas cita-se: o programa de acesso à documentação, à linhas de financiamento, à assistência técnica, à políticas de apoio à qualificação, à organização e à comercialização.

As mulheres rurais têm ocupado cada vez mais espaço nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em atividades como: agroindústria, pecuária leiteira, artesanato, turismo rural e fortalecimento de suas organizações associativas. Há, pois possibilidades para intensificação e qualificação de ações para empreendedorismo feminino.

Nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pode-se destacar a garantia de que planos e programas de Ater adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições

socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas e que, ainda, apoiem ações específicas voltadas à construção da equidade social e à valorização da cidadania e das categorias sociais, tais como as das mulheres trabalhadoras rurais. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004)

Uma política voltada à agricultura familiar, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, significa também levar em conta a participação das mulheres, nesse contexto, a área de relações de gênero, socialmente construídas, principalmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho presente na unidade de produção familiar.

As transformações com a globalização do sistema agroalimentar e de abertura de mercados e das exigências de medidas comerciais e sanitárias, num modelo novo de agricultura baseada na especialização e na lucratividade na produção, grande parte de agricultores familiares não se inseriu nas cadeias de produção.

A indústria em escala e globalizada cumpriu o papel de produzir alimentos em quantidade, para atender mercados internos e inclusive externos, no entanto, muitos dos produtos com procedência desconhecida ou sem as condições sociais e ambientais consideradas fundamentais, na perspectiva da sustentabilidade. Por fim, alguns problemas sanitários vivenciados nas últimas décadas em todo mundo como: a febre aftosa, a gripe aviária e a doença da vaca louca, entre outras, contribuíram para gerar insegurança aos consumidores quanto aos alimentos comprados e consumidos. Nesse contexto, começa a surgir a demanda por alimentos de origem conhecida, considerando-os como “mais saudáveis”.

Diante dessas transformações se tornou crescente a valorização dos produtos orgânicos, com denominação de origem e da agricultura familiar, que passam a ser associado à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local – conjunto de valores agora premiado pelo mercado consumidor (WILKINSON, 2003).

Os produtos agroindustrializados na agricultura familiar começam a ocupar espaço no mercado, pela sua possibilidade de identificação de origem, pela carga histórica cultural agregada, por serem mais naturais e saudáveis, entre outras. A valorização das especificidades, pelas agroindústrias familiares, é fortalecida diante do peso e dos enunciados das práticas manuais, que refletem um modo de produção tradicional e histórico, transparecendo os hábitos e costumes locais (MARSDEN, 1999).

Neste contexto da agroindustrialização familiar, a mulher desempenha papel importante no processo de definição e elaboração dos produtos, tendo em vista a bagagem de

conhecimento acumulado na transformação e armazenamento de alimentos nas propriedades, muitas vezes para autoconsumo e venda de excedente diretamente aos consumidores e alguns pontos de venda do mercado local. (NASCIMENTO NETO et al., 2005).

Diante desses pressupostos, o presente estudo visa investigar a participação da mulher no acesso à políticas públicas e ao fomento dos processos de agroindustrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar, tendo como referência inicial o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul -“Sabor Gaúcho, programa criado em 1999, como uma das políticas públicas que prioriza a agricultura familiar”. É ele uma das políticas públicas que reconhece a importância da agricultura familiar, com e princípios de valorização das dinâmicas de desenvolvimento local, de diversificação e sustentabilidade dos sistemas produtivos e do meio ambiente.

A pesquisa ocorreu no município de Rolante, localizado na Encosta da Serra, no Vale dos Sinos - Paranhana, região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, que vem desenvolvendo a política pública de produção e abastecimento local e o processo de agroindustrialização de alimentos, pelos agricultores familiares, desde o ano de 1997 e, especialmente, àquelas em que se verifica a presença das mulheres.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Sabe-se da importância do trabalho feminino na agroindustrialização, no entanto, sente-se necessidade de estudos que evidenciem como é o trabalho da mulher, o acesso às políticas específicas, como se dá a participação dela na gestão e comercialização dos produtos agroindustrializados.

A problemática se fundamenta no fato de que a política pública de fortalecimento dos processos de agroindustrialização na agricultura familiar, no Estado, é recente. Teve seu início no ano de 1999. A partir disso, identificar como as mulheres rurais vêm acessando essa política e se inserido nesse espaço de estímulo à transformação de alimentos nas propriedades de agricultura familiar, bem como fortalecimento no abastecimento local e regional que ganha relevância.

A presença das mulheres na economia rural é marcada por uma forte divisão sexual do trabalho, expressa na concentração das mulheres em atividades voltadas ao autoconsumo familiar e as realizadas como mera extensão dos cuidados com os filhos e os demais membros da família, portanto não vinculadas, à comercialização e geração de renda, o que dificulta o acesso direto das mulheres às políticas públicas que garantam seus direitos civis e trabalhistas, assim como o direito à terra, aos recursos naturais e produtivos.

Assim partiu-se do pressuposto de verificar como as mulheres rurais estão inseridas na política de fomento a agroindustrialização da produção familiar, buscando-se conhecer mais acerca dos entraves e das possibilidades existentes para o seu real protagonismo.

O presente estudo pretende responder a seguinte questão: Qual é a participação da mulher no processo de agroindustrialização e de que forma as políticas públicas têm auxiliado para o seu protagonismo?

3 JUSTIFICATIVA

As mulheres rurais e suas organizações desenvolvem atividades significativas na construção do desenvolvimento rural, através da produção de alimentos (*in natura* ou processado), na criação de pequenos animais, na preservação da biodiversidade (banco de sementes, manutenção de material genético nas unidades de produção familiar), produção e uso de plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Através de práticas tradicionais, contribuem no desenvolvimento da unidade de produção familiar, local e regional. Porém, não é dessa forma que são vistas as atividades realizadas pelas mulheres, mas como um trabalho secundário, não valorizado.

As mulheres têm participação fundamental em diversas áreas da inclusão social, da saúde, da conservação do ambiente, da soberania e segurança alimentar e nutricional e da oportunidade de negócios no campo, especialmente pela grande evolução social feminina ocorrida nas últimas quatro décadas.

Com o objetivo de melhorar os rendimentos da população rural e diminuir a desigualdade de gênero no meio rural, diversas políticas públicas foram implantadas nas últimas duas décadas: direito à aposentadoria e à pensão por falecimento do cônjuge ou por invalidez, crédito rural (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), ampliação do acesso às escolas e do número de anos de estudo, com auxílio do transporte escolar; políticas assistenciais, através de programas como Programa Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa da Saúde da Família (PSF), entre outros.

No entanto, ainda que essas políticas sejam, sem dúvida, importantes para promoção da igualdade de gênero, são ainda insuficientes frente às grandes demandas e desigualdades. A maioria das políticas específica para as mulheres rurais são muito recentes e algumas em fase de implantação, dificultando uma avaliação sob seus impactos na vida das mulheres.

Falta, também, o reconhecimento da importância de aproximar e facilitar o acesso das mulheres rurais as políticas dos setores ligados ao meio rural como: agentes bancários, assistência técnica e instituições públicas, contribuindo para o protagonismo delas na unidade produtiva familiar, bem como no desenvolvimento rural local e regional.

Neste sentido, fazem-se necessários estudos que evidenciem como tem sido o trabalho das mulheres nas unidades de produção familiar, especialmente na política de fomento à agroindustrialização de alimentos.

A mobilização e o fortalecimento das organizações de mulheres rurais contribuíram para o surgimento de políticas públicas. Dessa forma, importa, também, verificar como tem sido o acesso e participação das mulheres rurais na implantação dos empreendimentos de agroindustrialização na agricultura familiar.

As famílias da agricultura familiar do município de Rolante/RS, ainda desenvolvem práticas tradicionais de cultivo e agroindustrialização de alimentos, na qual se verifica a participação ativa da mulher na produção de alimentos, tais como: feijão, milho, aipim, batata, frutas e carnes. Nas agroindústrias familiares, em que será realizada a pesquisa, identificar-se-á, principalmente, o beneficiamento de frutas, farináceos e leite.

O conhecimento e experiências acumuladas no beneficiamento e armazenagem dos alimentos têm levado as mulheres a buscar espaço em projetos que estimulem a agroindustrialização e a comercialização de seus produtos.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Estudar o papel da mulher nas atividades agroindustriais dos estabelecimentos da agricultura familiar.

4.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- a) Investigar a participação da mulher no acesso às políticas públicas de fomento a processos de agroindustrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar.
- b) Identificar o grau de participação da mulher nos processos de produção e comercialização dos produtos de agroindustrialização familiar.
- c) Analisar as percepções, as perspectivas e os desafios das mulheres perante sua participação na agroindústria familiar.

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Através da revisão bibliográfica se pretende apresentar autores que tratam de questões relacionadas inicialmente a agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, e nessa perspectiva, os atores sociais envolvidos, as instituições, o Estado e as políticas públicas. Neste sentido, trazer questões relacionadas à participação da mulher na agricultura familiar, especificamente, nos processos agroindustriais familiares, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.

5.1 A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Segundo Schneider (2004) a partir da década de 1990, começa a se utilizar o conceito de agricultura familiar no Brasil e intensificam-se estudos que visam analisar a contribuição deste segmento na produção da agropecuária do país. Nessa mesma década os movimentos sociais rurais se fortalecem e se mobilizam, e, através da intensificação de manifestos, objetivam minimizar os impactos da política agrícola da época e propor uma política pública que atenda as demandas e especificidades da agricultura familiar.

Neste contexto, cabe destacar que o debate sobre o desenvolvimento rural surgiu a partir do legado da crise dos anos oitenta, que deixou marcas profundas e despertou uma conscientização nas principais forças políticas do Brasil, no sentido retomar o debate acerca das possibilidades do desenvolvimento do país. Assim tornam-se favoráveis à emergência de propostas inovadoras de mudança social, entre elas as relacionadas ao desenvolvimento rural.

A discussão sobre o desenvolvimento rural na década de 1990, considerando contexto em que emerge, se destaca os seguintes aspectos: - a entrada em vigor de muitas regulamentações estabelecidas pela constituição de 1988, a exemplo da descentralização política e financeira, onde os municípios passam a serem entes federados, pela execução de políticas públicas (saúde, educação, segurança); - as mudanças da sociedade civil brasileira na década de 1980 (SOUZA, 1996; NUNES, 1996); onde as organizações e movimentos sociais que haviam sido reprimidos, retomam força, deixando de ser apenas reivindicativos e contestatórios e passando a serem proativos e propositivos (SADER, 1988); e, um terceiro aspecto, que diz respeito ao meio ambiente, onde o governo cria instância de ação para tratar das questões ambientais (VEIGA, 2006).

Quanto à emergência do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil, podem-se destacar alguns fatores que foram decisivos para que o tema tivesse projeção, força e legitimidade, e foram, portanto, de fundamental importância para a construção de uma nova percepção e visão sobre o significado do desenvolvimento rural. O primeiro fator a ser destacado, refere-se à discussão sobre a agricultura familiar e seu potencial como modelo social, econômico e produtivo da sociedade brasileira, firmando-a como categoria política. Sendo assimilada por estudiosos e formuladores de políticas públicas, ocorre sua legitimidade, em função de seu crescimento, como uma categoria política, fortemente ligada à recomposição dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais da década de 1990 (SCHNEIDER ; MATTEI ; CAZELLA, 2004). Através da organização social, buscaram obter

acesso ao crédito, à melhoria dos preços dos produtos, bem como às formas de comercialização diferenciadas e, ainda, pela implementação e regulamentação da previdência social rural, entre outros. Importante, ainda, é considerar que no início da década de 1990, foi um período exitoso em termos de estudos e pesquisas em relação à agricultura familiar que possibilitaram a proposição e a formulação de diversas políticas públicas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural, entre elas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF).

Para Schneider, Mattei e Cazella (2004) o segundo fator para emergência do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil resulta da crescente influência do Estado no meio rural, onde passa a legitimar as reivindicações dos movimentos sociais e a promover ações nesse espaço. Exemplos disso: a Lei Agrária e do Rito Sumário, em 1993, a criação da Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, transformada, posteriormente, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR-MAPA); a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, que passou a ser a principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil.

Para os autores, o terceiro fator do debate refere-se às mudanças no âmbito político e ideológico, baseadas em argumentos que existe uma oposição e uma polarização entre a forma familiar e patronal empresarial, cuja distinção estaria no fato de a primeira ser destinada mais para a produção de consumo local ou para o mercado interno e a outra produziria *commodities*, sobretudo para a exportação; daí deriva um dualismo que, na prática, se traduz em uma acirrada disputa política e ideológica (NAVARRO, 2001).

O quarto fator, que vem contribuindo nas discussões sobre o desenvolvimento rural no Brasil, está relacionado ao tema da sustentabilidade ambiental. Primeiro, uma forte crítica ao modelo agrícola da “Revolução Verde” (a partir metade da década de 1980), ao mesmo tempo a tentativa de internalização da questão ambiental aos modelos técnicos-produtivos (ALMEIDA 1999; EHLERS, 1996), ainda, paralelo a este ativismo, o interesse de estudiosos na noção da sustentabilidade como referencial teórico e modelo de desenvolvimento (ALTIERI,1987, ALMEIDA ; NAVARRO, 1997).

Em relação às principais abordagens teóricas que discutem o desenvolvimento rural no Brasil, podem-se destacar os trabalhos de Veiga (1998) e Abramovay (1998), em cujos estudos ambos valorizam a agricultura familiar e reconhecem o potencial dinamizador das economias locais, bem como consideram os agricultores familiares como empreendedores.

Assim, as principais abordagens teóricas, que discutem o desenvolvimento rural de modo geral, demonstram convergências e consensos. Os estudiosos atribuem que o espaço rural não se resume pelas atividades agropecuárias, mas sim pelo desafio de pensar sobre as interfaces e as dimensões do espaço rural como um todo, ainda que a função multidimensional da sustentabilidade do desenvolvimento tenha relação com o papel da agricultura familiar e das formas heterogêneas de sua inserção na dinâmica da economia capitalista. E, por último, as abordagens teóricas concordam que o foco das ações do desenvolvimento rural deva ser na perspectiva de garantir o combate à pobreza e as múltiplas vulnerabilidades das populações rurais.

No entanto, é preciso que os estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil busquem aprofundar o papel dos agricultores e demais atores do meio rural nos processos de mudança social, tentando compreender, no ponto de vista dos próprios atores, o processo do desenvolvimento. Que seja efetivamente de análise de mudança social e não somente de análise das formas e resultados de produção, das tecnologias e da comercialização.

Para Kageyama (2005), o desenvolvimento rural não abrange apenas o crescimento econômico (expansão da renda, da produtividade e dos mercados), mas também a melhoria das condições de vida da população rural. Ele pode ocorrer através da pluriatividade. A pluriatividade se apresenta hoje como um setor “plurifuncional”, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição na preservação ambiental e na própria dinamização do espaço rural (MATTEI, 2005). Esta, por sua vez, proporciona estabilidade ao crescimento econômico. É uma mudança que se constitui em um dos vetores do desenvolvimento, conferindo extrema importância às economias locais.

Para Sen (2000), o desenvolvimento rural, de forma ampla, implica em que todo e qualquer resultado de crescimento econômico deve gerar o acesso do ser humano às condições qualificadas e dignas de vida. Só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem para ampliar as condições humanas, onde pessoas exerçam o poder da tomada de decisão e participação sobre o que possam ser ou fazer na vida. A liberdade é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento.

O rural passa, necessariamente, pela compreensão de várias questões fundamentais, entre elas, a manutenção e a continuidade da agricultura familiar como imprescindível para o desenvolvimento rural.

Veiga et al. (2001) aponta como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação

das economias dos territórios (através do fortalecimento das atividades agrícolas e não agrícolas), o estímulo a empreendimentos locais (através da ampliação dos mercados institucionais), sendo estes elementos importantes para o desenvolvimento rural.

Nesse contexto a agricultura familiar tem o papel fundamental na garantia do desenvolvimento rural pelas suas possibilidades de: a) gerar no meio rural o maior número de empregos (80%) nas atividades agrícolas; b) produzir 70% dos alimentos que compõem a cesta básica da população brasileira alicerçada numa produção diversificada; c) promover o abastecimento local e regional de alimentos para o consumo, aliado a conservação da biodiversidade e da cultura local, importantes condições de segurança e soberania alimentar e de desenvolvimento sustentável. E, por fim, a agricultura familiar é portadora de grande eficácia coletiva. Através da pluriatividade ela encoraja e favorece o planejamento, o desenvolvimento local e a gestão coletiva dos recursos naturais, sua distribuição equitativa e sua administração mais equilibrada e sustentada.

A agricultura familiar é de fundamental importância na perspectiva do desenvolvimento rural, uma vez que tem demonstrado maior equilíbrio ao ambiente e possibilitar a união da eficiência econômica com a “eficiência social” (GUANZIROLI et al., 2001), contribuindo para construção de melhores condições de vida (MARQUES, 2002).

Conforme dados do IBGE (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2006), a agricultura familiar é responsável pela produção nacional de 87% da mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo e, ainda, emprega, aproximadamente, 75% da mão de obra no campo. É, a agricultura familiar, responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, pois produz maior parte dos produtos que compõem a cesta básica de alimentos.

As mulheres ocupam espaço importante, nesse contexto da produção familiar. Segundo o IBGE (2006), as trabalhadoras rurais representam mais de: 26% da mão de obra da lavoura, 80% na produção de aves e pequenos animais, 45% na horticultura e serem um percentual considerável em atividades como a apicultura.

Na agricultura familiar, a agregação de valor a matéria prima, tem sido manifestada pelos agricultores através de suas iniciativas. Dessa forma, a contribuição das instituições ligadas ao desenvolvimento rural e pelas próprias políticas públicas como Programa Estadual de Agroindústria familiar.

Estudos apontam de modo geral, que a dinâmica de processos agroindustriais familiares surge em regiões em que há a diversificação da produção e ao mesmo tempo uma agricultura familiar consolidada. Isto se dá a partir do conhecimento acumulado na transformação de alimentos, bem como da prática histórica, agregada a tradição e cultura (OLIVEIRA; PREZOTTO; VOIGT, 1999; 2002).

Do ponto de vista do desenvolvimento rural, as iniciativas da agroindustrialização nas unidades de produção familiar têm sido uma estratégia de manutenção social e econômica. Dessa forma, os agricultores têm agregado novas atividades às propriedades, possibilidades de ocupação de todos os membros da família, entrada de rendas diversificadas, autonomia de produção e relacionamento com o mercado.

Estudos apontam o desenvolvimento rural como um processo de construção de novas práticas, processos, experiências e políticas públicas que são propostas pelos atores sociais (PLOEG et al., 2000).

5.2 O PAPEL DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) 2010, no Brasil, a população feminina equivale a 47,4% das pessoas residentes no meio rural, ou seja, 14.133,191 são mulheres. Do total da população rural do Rio Grande do Sul (1.593.638), elas correspondem a 47,6%, ou seja, 759.365 mulheres.

No Rio Grande do Sul, as mulheres estão em menor número em relação aos homens no meio rural. Isto vem sendo apresentado na literatura por alguns autores (ABRAMOVAY, 1992; BRUMER, 2004). Desde a década de 1960 até os dias atuais há uma maior migração das mulheres, em relação aos homens, o que tem apresentado o processo de masculinização do rural.

Segundo Brumer (2004) as informações disponíveis sobre a população rural do Rio Grande do Sul apontam para duas questões problemáticas: a) o aumento do número de homens celibatários no meio rural, com consequências sobre o desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas, tendo em vista o importante papel desempenhado pelas mulheres como mão de obra familiar não remunerada; b) a defasagem entre o número de moças e o de rapazes, o que pode 'forçar' um número maior de rapazes a emigrar, tendo em vista que raramente os jovens rurais encontram parceiras do meio urbano que se disponham a viver no meio rural.

Ainda, conforme a autora, a migração de maior número de jovens e mulheres se explica, em grande parte, pela falta de oportunidades para inclusão em atividades de forma independente desses jovens; pela hierarquia de como ocorre a divisão do trabalho nas unidades produtivas familiares e relativa invisibilidade do trabalho de jovens e de mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tenrificados e mecanizados, na chefia dos estabelecimentos e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural e, pela exclusão das mulheres na herança da terra.

Analisando sobre o aspecto da reprodução social da agricultura familiar a estratégias, compromete a sua continuidade, uma vez que a família é um componente estratégico de observação do conjunto dos sistemas de uma unidade de produção agrícola, nas diferentes culturas e processos históricos que envolvem o rural. Nesse sentido, se verifica o papel de cada integrante, especialmente das mulheres; e jovens no processo de desenvolvimento da unidade de produção familiar, bem como no âmbito local e regional.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2006), atualmente existem 4,1 milhões de trabalhadoras na agricultura familiar no país, sendo que 13,7% dos estabelecimentos familiares são dirigidos por mulheres. No Rio Grande do Sul somente 9,6% do total são dirigentes familiares, 4,1% menor que a do Brasil.

As mulheres agricultoras rurais, no Rio Grande do Sul, são vistas como colaboradoras, sem poder de decisões na produção, já que estão em baixo percentual como responsáveis pelas unidades de produção familiares (GELUK-GELUK, 1994; BONI, 2006). Para Siliprandi (2009) a maioria das mulheres não tem poder de decisão sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora contribuam como força de trabalho nas lavouras e criações de animais e, sobretudo, nas atividades não agrícolas.

Segundo Menasche (2007) faz-se necessário conhecer a importância do papel desempenhado pela mulher no funcionamento da unidade em que se estabelece, se organiza e vive a família. Sabe-se que a mulher rural, além da ocupação no trabalho da lavoura e criações para comercialização, tem papel importante na produção de alimentos para o autoconsumo (46,7%) em relação aos homens que produzem (14%), segundo (IBGE, 2009). Isso reflete a preocupação e o valor da mulher no provimento de alimentos para a família,

trabalho esse ainda invisível e pouco valorizado. Aos homens cabe o provimento dos recursos financeiros da propriedade.

As mulheres agricultoras ainda são invisibilizadas como trabalhadoras e como cidadãs. Seu trabalho é considerado apenas uma ajuda dentro da família, enquanto o homem é considerado como o verdadeiro produtor rural (SILIPRANDI, 2009).

5.3 O PAPEL DA MULHER NOS PROCESSOS AGROINDUSTRIAIS FAMILIARES

A agroindústria é uma estrutura física onde matérias-primas são beneficiadas, sejam elas de origem agrícola, pecuária, pesqueira, aquícola, florestal e extrativista.

Quanto à conceituação de uma agroindústria familiar esta é bastante ampla, porém alguns critérios são usados para sua definição, como: utilização de mão-de-obra familiar; área não superior a quatro módulos fiscais; que a maior parte da renda originada seja do próprio estabelecimento, ou seja, agricultores familiares, conforme a determinação da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006).

De acordo com Mior (2005) a agroindústria familiar precisa ter “sua localização no meio rural, utilizar máquinas e equipamentos de menores escalas, matéria prima própria ou dos vizinhos, assim como a mão de obra, remetendo geralmente a um produto artesanal”.

O processo de modernização da agricultura, a partir da Revolução Verde (1960), tinha como foco principal, aumento e especialização de produção, tendência da época que foi de fazer o rural um setor do agronegócio, visando ao mercado internacional. Nesse sentido, pode-se identificar que os objetivos foram cumpridos, percebe-se. A agricultura está no ápice do quadro produtivo: o maquinário é de última geração, os animais reprodutores são selecionados, a semente é geneticamente modificada, os agrotóxicos e os fertilizantes nunca estiveram tão eficientes e eficazes quanto agora, tudo está a favor do lucro e da produtividade, tão visado pelo segmento detentor do capital. Porém, por outro lado, foram causados sérios problemas para a população das pequenas propriedades que não conseguiu se inserir na dinâmica implementada de produção e produtividade, através da mecanização e tecnificação das atividades agropecuárias (ALMEIDA; NAVARRO, 1997).

Diante disso, tem sido crescente a busca por novas alternativas que contribuam com o processo de desenvolvimento rural. Assim, as políticas públicas e seus instrumentos têm levado em conta a importância das novas possibilidades de atividades agrícolas e não agrícolas que contribuam para o trabalho e o emprego das famílias rurais.

Esta lógica ganha maior espaço nas regiões onde a maior parte das unidades de produção é formada por agricultores familiares que produzem de forma diversificada, fomentando, assim, as relações de produção e comércio dentro dos mercados locais (MALUF, 2004). No momento em que esses agricultores passam a incrementar as fontes de renda com a instalação de pequenas agroindústrias, se aumenta ainda mais o conjunto de produtos que passam a constituir e circular nos mercados locais e regionais.

De acordo com Schneider (2003) a combinação de atividades não agrícolas tem contribuído para a reprodução das famílias e da atividade agrícola, já que proporciona um incremento na renda, utilizado para o sustento e para investimentos na propriedade.

As mulheres rurais possuem conhecimento nas práticas tradicionais de cultivo, processamento e armazenagem de alimentos. Desta forma verifica-se sua contribuição nos processos de agroindustrialização dos alimentos.

Nas agroindústrias familiares, a organização e a divisão das tarefas dentro do grupo familiar têm acontecido com a inclusão de todos os membros do domicílio nas atividades de beneficiamento da produção. Mior (2005, p. 199) adverte que “não é somente na comercialização que a importância da mulher agricultora ganha relevo, pois a esfera da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar extremamente importante para sua ação”. Isso porque, a tradição artesanal na confecção de produtos, por parte da mulher, marca em muitos casos o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho na propriedade (NASCIMENTO NETO et al., 2005).

Diante da busca de atividades que colaboram para processo de desenvolvimento local e não somente das atividades agrícolas valoriza-se como possibilidades as atividades não agrícolas (artesanato, agroindústria, turismo rural e outras). Nesse sentido, a perspectiva de ocupação de todos os membros da unidade familiar rende às famílias, valorização de conhecimentos tradicionais e da cultura, assim como manutenção das unidades familiares.

5.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Inicialmente, é importante que se faça uma distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento. O crescimento econômico é o simples aumento de bens e serviços colocados à disposição da população, podendo ser fugaz e instável em sua trajetória. Por outro lado, o desenvolvimento é acompanhado por uma mudança cultural, que imprime estabilidade e irreversibilidade ao crescimento econômico. Em decorrência disso, é válido afirmar que pode existir crescimento econômico sem desenvolvimento. Mas a recíproca não é verdadeira,

eis que o desenvolvimento supõe, necessariamente, o crescimento econômico. (KAGEYAMA, 2008).

Em estudos mais recentes sobre a abordagem do desenvolvimento rural, esta tem sido debatida e apresentada na perspectiva de que quatro elementos seriam fundamentais: a erradicação da pobreza, o empoderamento e protagonismo dos atores sociais, sua proposição na política e a questão central da sustentabilidade ambiental (SCHNEIDER, 2004).

Para Ellis e Biggs (2001), o desenvolvimento rural, se daria através de um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, estimulando um processo de participação que empodera (*empowerment*) os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar as prioridades para a mudança.

Veiga et al. (2001) aponta como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios (sobretudo através do estímulo aos setores de serviços e à pluriatividade), o estímulo ao empreendedorismo local e o apoio do Estado para fortalecimento de arranjos institucionais locais como os elementos-chave para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável do Brasil.

Ainda para esse mesmo autor, as localidades e regiões que melhor conseguissem desenvolver-se seriam aquelas que apresentariam maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local dos atores na tomada de suas decisões, para a capacidade de reter e reinvestir capitais em nível local.

Nesse contexto conforme Ploeg et al. (2000) o desenvolvimento rural é um “processo multinível, multiatores e multifacetado”. Quanto ao primeiro aspecto, deve-se considerar o desenvolvimento rural: num nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade; num nível intermediário, como novo modelo para o setor agrícola, com particular atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais e num terceiro nível, o da firma individual, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade.

Ainda, segundo o autor, a complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural é que faz com que dependa de múltiplos atores envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global (redes). Por último, as novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica,

produção de especialidades regionais, vendas diretas, etc., fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado, em que propriedades que haviam sido consideradas ‘supérfluas’, no paradigma da modernização, podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os setores urbanos.

Ainda conforme Ploeg et al. (2000, p. 395), o desenvolvimento rural seria uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista.

Para Milani (2005), o desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local. Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância. O desgaste ambiental pode não interferir diretamente na geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações (SACHS, 2001).

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999).

Para Sen (2000), o desenvolvimento rural, de forma ampla implica em que, todo e qualquer resultado de crescimento econômico, deve gerar o acesso do ser humano às condições qualificadas e dignas de vida. Só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem para ampliar as condições humanas, onde pessoas exerçam o poder da tomada de decisão e participação sobre o que possam ser ou fazer na vida. A liberdade é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Desta forma, uma política voltada à agricultura familiar, na perspectiva do desenvolvimento local, significa também levar em conta a participação das mulheres, nesse contexto, a área de relações de gênero, socialmente construídas, principalmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho presente na unidade de produção familiar.

Há, portanto, a necessidade de que a institucionalidade impulse a criação de novas políticas públicas que contemplem a garantia: dos direitos sociais, à terra, ao crédito, aos serviços rurais, aos meios de produção e à comercialização, visando promover a autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais. As políticas públicas deverão ser capazes de investir no empreendedorismo feminino, de maneira que as agricultoras sejam as protagonistas de seus negócios e autônomas na gestão dos recursos resultantes de seu trabalho (TONIAL et al. , 2013).

Pode-se verificar a implantação de políticas públicas que objetivam promover o desenvolvimento local e regional, através do estímulo à setores produtivos e o estímulo às cadeias agroindustriais, a partir das especificidades, dos atores sociais e capacidades de cada espaço. Destacam-se alguns exemplos de políticas públicas que estimulam desenvolvimento na esfera local e regional:

- a) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A partir de 2006, a criação do Pronaf Mulher visa atender os projetos e as propostas de crédito da mulher agricultora nas atividades agrícolas e não agrícolas. As linhas de crédito contemplam custeio, investimento e comercialização.
- b) O Programa de Agroindustrialização Familiar “Sabor Gaúcho”, foi instituído por decreto do governo do Rio Grande do Sul, no ano de 1999. Sua execução deu-se até o ano de 2002 e, posteriormente, foi retomado em 2011, como uma das políticas públicas que reconhece a importância da agricultura familiar e tem como princípios a valorização das dinâmicas de desenvolvimento local e a diversificação e sustentabilidade dos sistemas produtivos e do meio ambiente.
Esse Programa tem como objetivos agregar valor aos produtos dos agricultores familiares, promover o desenvolvimento local e regional, gerar emprego e renda, assim como melhores condições de vida à população do campo.
Instituições ligadas ao meio rural estão articuladas e empenhadas na execução da política, como Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo (SDR), Secretaria Agricultura Agronegócio e Pecuária (SEAPA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL PESCA E COOPERATIVISMO, 2013).
- c) Programa de Aquisição de Alimentos – (PAA)- Este Programa foi criado em 2003, instituído pelo art.19 da Lei nº 10.906 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 07/05/2008. É desenvolvido com recursos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Tem por objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade

necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

A Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, regulamenta a participação das mulheres como prioridade na seleção e execução de propostas, em todas as modalidades e por todos os operadores do programa:

- no mínimo 5% da dotação orçamentária anual do PAA para as organizações compostas exclusivamente por mulheres ou organizações mistas com participação mínima de 70% de mulheres na composição societária;
- em relação às modalidades de Compra Direta Local com Doação Simultânea, será exigida a participação de, pelo menos, 40% e 30% de mulheres, respectivamente, do total de produtores fornecedores.

- d) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - O Programa existe desde 1938 e foi regulamentado em 1993. A Lei nº 11.947/2009, regulamentada pela Resolução nº 38/2009 e a Resolução nº 25/2012, institui o valor mínimo de 30% dos recursos do FNDE destinados à alimentação escolar, para a compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor (a) familiar rural e suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, assim como a compra de alimentos agroecológicos. A transferência de recursos financeiros do Governo Federal é realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), diretamente aos estados e municípios. Esta política estimula a produção e a comercialização de alimentos localmente, emprego e renda aos agricultores familiares e, por outro lado, visa atender aos escolares com uma alimentação mais saudável.
- e) Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres - A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) passou a contar com uma Política Setorial de ATER para as mulheres com objetivos de fortalecer a organização produtiva, promover a produção de base ecológica e ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas de produção e comercialização, fortalecer as organizações produtivas para produção, comercialização e gestão, oportunizar a

participação em chamamentos públicos específicos de acordo com o estabelecido na Lei nº 12.188 e estimular a qualificação profissional com apoio à recreação infantil nas atividades.

Ainda que várias políticas possam contribuir para o desenvolvimento local, e na perspectiva mais ampla o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural, há a necessidade de que elas realmente consigam avançar no que se refere à inclusão social e produtiva das mulheres rurais.

As Políticas de desenvolvimento rural ainda são decididas e implantadas sem a participação ativa das mulheres e sem levar em consideração os seus pontos de vista; sem que elas sejam incluídas como beneficiárias, ou que sejam contabilizados os prejuízos que eventualmente sofrerão com a perda de condições para exercer suas atividades (SILIPRANDI, 2009).

5.5 EMPODERAMENTO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

O conceito de empoderamento possui sua origem nos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e o mesmo pode ser definido por Costa (2000), “como um mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”.

Na década 1980 inicia-se o movimento de organização das mulheres rurais em torno do seu reconhecimento como trabalhadoras rurais e agricultoras familiares, bem como dos direitos sociais decorrentes. Mobilizaram-se tendo como pauta o acesso a terra, direitos sociais e previdenciários e sindicais (SILINPRANDI, 2009). Ainda, segundo a autora, nessa mesma década houve uma forte mobilização das mulheres rurais com o objetivo de influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, desta forma conseguiram importantes conquistas na Nova Carta (1988), como beneficiárias da previdência social (o direito à aposentadoria, à licença-saúde, e à licença maternidade) na condição de seguradas especiais.

A década de 1990 é marcada pela emergência de organizações de mulheres quilombolas, pescadoras, indígenas entre outras, com a finalidade de buscar espaços para as suas reivindicações, assim como a adoção de medidas que ampliassem a sua participação e o seu poder (nas instâncias) de decisão das organizações (cotas, atividades) específicas para mulheres (SILIPRANDI, 2009).

Os anos de 2000, são marcados pelo fortalecimento das organizações das mulheres rurais e conquista de espaços políticos, através de políticas públicas específicas (documentação, crédito, assistência técnica, produção e comercialização).

O empoderamento, baseado nas perspectivas feministas, pode ser considerado, como: uma mudança radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher como um gênero, e no âmbito do desenvolvimento, o termo é sinônimo de participação ou integração das pessoas no planejamento e desenvolvimento (DEERE, 2002).

Ainda, conforme Deere, a questão da igualdade entre homens e mulheres sempre esteve pautada nas hierarquias de gênero sob práticas patriarcais, nos leva a pensar que para que ocorra a igualdade efetiva, “requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens econômicos quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de empoderamento da mulher” (DEERE, 2002).

A importância da mulher no desenvolvimento rural perpassa a perspectiva de políticas públicas que valorizem e oportunizem as agricultoras familiares a ocuparem espaços em áreas em que são estratégicas ao desenvolvimento sustentável, como: da produção alimentos orgânicos, das questões sociais do rural e da ocupação em atividades não agrícolas. Por fim, a mulher torna-se imprescindível na construção do desenvolvimento sustentável, nesses espaços, desde a definição à execução das políticas públicas.

Segundo Abramovay (1998) para se chegar a um novo modelo de desenvolvimento rural, todos os atores e atrizes sociais tem de ser contemplados, considerando-se suas vozes. No referente à mulher rural, seu conhecimento e participação são fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas e programas mais justos, equitativos e sustentáveis.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo classifica-se como qualitativo devido à possibilidade de maior exploração dos aspectos subjetivos ligados à questão. Portanto, mais adequado para conhecer, entender e aprofundar sobre as relações sociais implicadas no tema em estudo.

Nesse sentido, através da análise qualitativa, verificar a realidade social, assim como as relações dos diversos atores locais a partir de suas percepções, desta forma realizar interpretações. No caso das mulheres rurais, no acesso a política de agroindustrialização familiar, conhecer e reconhecer suas realidades, através de um conjunto de informações e interpretações próprias, de valores sociais, de atitudes e opiniões em torno do processo de acesso a política, por vezes convergentes, outras contraditórias (MINAYO; SANCHES, 1993; SERAPONI, 2000).

A unidade de análise, que se pretende focar é as agroindústrias com a presença de mulheres envolvidas no processo. Pretende-se resgatar a experiência das mulheres no acesso a essa política, assim como os vínculos com as institucionalidades envolvidas na implantação das mesmas.

A pesquisa de campo deu-se com mulheres trabalhadoras rurais que atuam e/ou tenham participação em agroindústrias familiares. Realizaram-se cinco entrevistas com agricultoras e quatro entrevistas com profissionais de instituições ligadas à agricultura familiar. As entrevistas ocorreram mediante a utilização de questionários pré-elaborados. Salienta-se que foram elaborados dois questionários diferentes, um para as entrevistas com as agricultoras e outro, para as entrevistas com as agentes de desenvolvimento, que constam nos Apêndices A e B, respectivamente.

Nesta pesquisa, reconhece-se que os profissionais de instituições ligadas à agricultura familiar, especialmente as que apoiam a atividade de agroindustrialização familiar no município, são: EMATER/RS, Prefeitura Municipal Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretária Municipal da Educação, por isso entrevistou-se um representante de cada uma das instituições/organizações.

Ainda, foi utilizada a observação e interação, através do acompanhamento da rotina das atividades desempenhadas no processamento do alimento, desde o preparo da matéria prima até a embalagem, para verificar como as mulheres vivenciam a experiência do trabalho nas agroindústrias familiares e a relação do trabalho homem e mulher.

A primeira etapa foi a identificação das agroindústrias que seriam pesquisadas. Identificou-se, aproximadamente 30 agroindústrias familiares no município de Rolante. Foi necessário, porém, fazer uma delimitação do estudo em cinco agroindústrias. Utilizou-se como critério, as duas principais matérias primas processadas pelos empreendimentos familiares (uva e farináceos): agroindústria de massas, agroindústrias de cucas e agnoline e três agroindústria de vinhos e sucos, nos quais se verifica o trabalho e/ou participação da mulher.

Buscaram-se informações junto as mulheres que atuam no processo de agroindustrialização, identificando a realidade em que estão inseridas, o processo de beneficiamento, comercialização e a gestão dos recursos de um empreendimento.

A centralidade da coleta de dados deu-se sobre o acesso das mulheres ao Programa de Agroindústria Familiar com ênfase nas relações sociais de gênero e, a partir desse acesso, que mudanças são identificadas em suas vidas. A coleta de dados deu-se através de:

- a) Pesquisa bibliográfica, documental (relatórios, registros) e de publicações acadêmicas das informações existentes no município de Rolante, sobre o Programa de Agroindústria Familiar e, em estudos anteriores, informações sobre o histórico, organização e caracterização socioeconômica do município selecionado;
- b) Entrevistas: a coleta dos dados foi realizada com base em entrevistas semiestruturadas, visto que o tipo de investigação se caracterizava pela verificação e aprofundamento dos dados, a partir das mulheres que atuam nas agroindústrias familiares, bem como junto a profissionais de instituições ligadas ao trabalho com a agricultura familiar no município de Rolante. Para Minayo (1996) a entrevista permite a obtenção de informações, por meio da fala individual, a qual retrata as condições estruturais vivenciadas, simbólicas, e de valores, na percepção dos atores sociais, ou seja, a voz das representações sociais do local.

As entrevistas foram realizadas a partir de questionários pré-elaborados, a partir de baseados em estudos anteriores que analisam o acesso às políticas de empoderamento e autonomia social, política e econômica das mulheres rurais.

As informações foram compiladas no que se refere à pesquisa bibliográfica de autores que tratam o tema da pesquisa, bem como de outros documentos. Também foram analisadas e

transcritas as entrevistas com as agricultoras e profissionais ligados ao desenvolvimento da política de agroindustrialização familiar local e regional, bem como todas as informações oriundas da observação e interação com as mulheres na rotina de trabalho, desde o preparo da matéria até a comercialização dos produtos.

Segundo Lüdkee e André (1986), a análise de dados qualitativos requer um trabalho exaustivo durante todo processo da coleta de dados. Os relatos da observação, as transcrições das entrevistas e a análise de documentos, assim como das demais informações disponíveis, precisam ocorrer quase que simultaneamente com período de coleta das informações.

Salienta-se que as entrevistas ocorreram mediante a autorização, tanto das agricultoras quanto dos agentes de desenvolvimento, os quais, tendo conhecimento do estudo, e assinaram o termo de livre consentimento, cujo modelo que encontra-se no APÊNDICE C - .

7 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

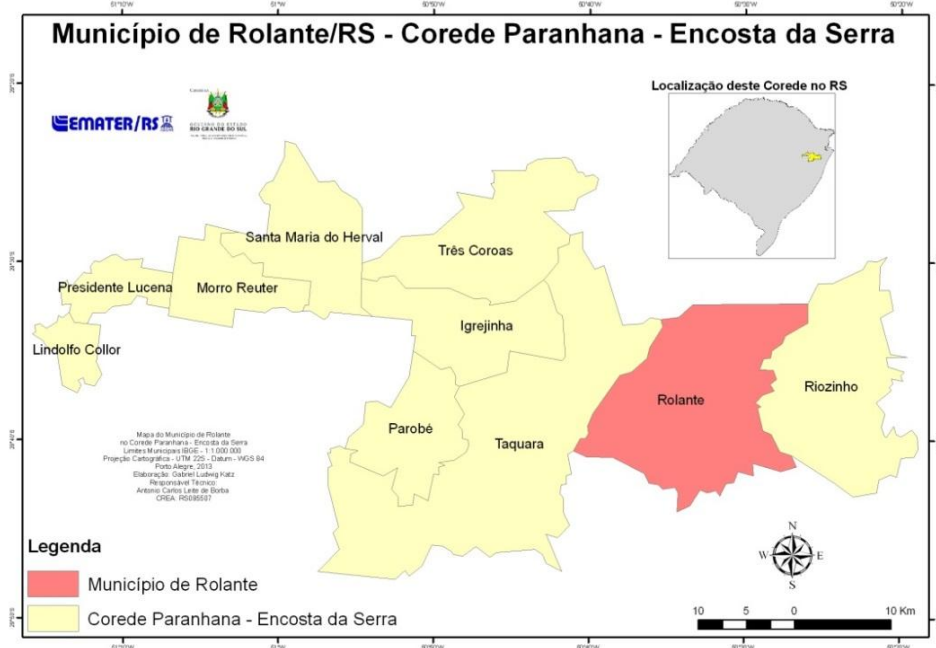
Pretende-se, a partir deste tópico, aproximar-se do município-caso, localizando-o geográfica e historicamente e levantando um conjunto breve de informações. A partir daí, avançar com a descrição das mudanças ocorridas na agricultura do município durante os últimos anos e as suas condições atuais, considerando que o objetivo desse estudo é verificar como as mulheres rurais estão inseridas na dinâmica de agroindustrialização da produção familiar, suas percepções, desafios e contribuições para o desenvolvimento local e regional.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ROLANTE

No período de 1737, Rolante servia de passagem para as tropas que seguiam para a região das minas. No percurso entre Viamão e São Paulo, uma das pousadas dos tropeiros era as margens do Rio Rolante. A partir de 1882, inicia-se o povoamento da região, na sua maioria feita por famílias alemãs e, mais tarde, aproximadamente 1909, começam a chegar os italianos.

No ano de 1955, Rolante emancipou-se do município de Santo Antônio da Patrulha. O nome dado ao município origina-se da existência de um rio que atravessa a cidade, pois era através dele que deslizam ou rolam diversos pedaços de paus e galhos, durante as chuvas, desde sua nascente até a área mais plana, onde se localiza a zona urbana do município. Este movimento natural das águas fez com que os primeiros habitantes utilizassem o rio para transportar as madeiras de cima da serra até o local desejado

Segundo o IBGE (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2010), sua área é de 304,13 Km² e a população de 19.485 habitantes, sendo que 21,98% vivem na zona rural do município e os outros 78,02% na zona urbana. Localiza-se na Encosta Inferior do Planalto, na região Nordeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente, à altura em que surgem as primeiras elevações mais expressivas que levam para o alto da denominada Serra Geral, na área dos Campos de Cima da Serra. A topografia varia de plana a fortemente ondulada, com altitudes entre quarenta metros a oitocentos metros. Rolante limita-se ao norte com o município de São Francisco de Paula, ao sul, com Santo Antônio da Patrulha, ao leste com Riozinho e ao oeste, com Taquara.

Figura 1 - Mapa da Localização do Município de Rolante

Fonte: Elaboração Emater/RS.2013

Conforme estudos dos Sistemas Agrários da região, durante mais da metade do Sistema Agrário Colonial Industrial, período compreendido entre 1930 e 1970, a localidade de Rolante fez parte do município de Santo Antônio da Patrulha.

Na década de 1970, o modo com o qual os pequenos e médios agricultores trabalhavam a terra era bastante diversificado. Empregavam desde máquinas e implementos agrícolas como a tração animal, foices, enxadas e outras ferramentas. A mão de obra era praticamente familiar. Já se contatava o uso de fertilizantes, adubos químicos e agrotóxicos por grande parte desses produtores, em especial os de uva e de arroz. Os principais produtos explorados eram a mandioca, o milho, o arroz, o feijão, o vinho, o leite e a criação de animais em pequena escala.

Na década seguinte, a de 1980, ocorreu a urbanização e a consolidação das indústrias do ramo coureiro-calçadista no município, o que passou a demandar grande número de trabalhadores, atraindo a mão de obra de alguns municípios vizinhos e, principalmente, a de produtores que estavam insatisfeitos com a agricultura.

Dessa forma, o rural do município de Rolante não conseguiu acompanhar o processo de industrialização. Seus agricultores enfrentaram dificuldades de restrições ao uso do solo (declividade, pedregosidade), custos crescentes da produção e forte concorrência dos produtos de outras regiões que começavam a entrar com maior intensidade no mercado interno, o que prejudicou ainda mais a produção local.

Os sucessivos fracassos e os prejuízos de muito dos produtores repercutiu no aumento do abandono da atividade, acelerando o êxodo em direção aos municípios do Vale dos Sinos.

Segundo Baldasso (2001), duas empresas de calçados que haviam se instalado em Rolante não conseguiam absorver esta mão-de-obra. No início da década de 1980, o município contava apenas com um pouco mais de 11.000 habitantes.

Na década de 1990, a produção de hortigranjeiros, de leite e de arroz continuava, enquanto em solos mais íngremes o cultivo de acácia, uva, batata inglesa eram cultivados com mais intensidade.

Nesse período, a população rural volta a ter um leve crescimento, em função da crise das indústrias do setor calçadista, pois muitos trabalhadores das indústrias de calçados perderam seus empregos e retornaram ao campo.

7.2 BREVE HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

No final da década de 1990, agricultores e instituições voltadas para a agricultura familiar se reúne para avaliar e planejar conjuntamente. A partir de diagnósticos realizados, identificaram gargalos e possibilidades para o desenvolvimento do município de Rolante. Dessa forma passa ser elaborado o Plano de Desenvolvimento Rural, com entidades do município (Secretaria da Agricultura, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sicredi, Caprol, Associações de agricultores, moradores e de prestação de serviços, Câmara Municipal), no Conselho de Desenvolvimento Rural (CMDR). Passa-se, pois, a traçar uma estratégia de mudança baseada na mobilização de diferentes atores sociais, frente a suas percepções, interações e diferentes conhecimentos que se somam na perspectiva de definição de um novo modelo de desenvolvimento local.

O referido Plano traz como objetivos centrais a melhor qualidade de vida para família rural, a geração de trabalho e renda, a preservação ambiental e a valorização da vocação histórica do município na produção e transformação de alimentos.

Ao mesmo tempo intensifica-se a produção da uva e da fabricação do vinho, assim como a comercialização, nas propriedades rurais, de produtos como: cucas, massas, vinhos, mel, batatas, biscoitos e geleias. Atividades essas que se tornam a principal fonte de renda.

As mulheres envolvidas nas dinâmicas do processo de transformação e comercialização dos alimentos começam a participar efetivamente na definição do rumo da unidade de produção familiar. Através da participação em reuniões, visitas, encontros técnicos, tinham maior conhecimento sobre legalização e gestão de uma agroindústria familiar

e assim passaram a decidir sobre a atividade. “Peso decisório, a garra, a determinação na legalização das agroindústrias familiares, partiu delas” (Entrevista três, agente de desenvolvimento).

A década de 1990 é marcada por importantes mudanças como: valorização das atividades agrícolas e não agrícolas para a economia do município; fortalecimento de ações voltadas ao abastecimento local e regional; fortalecimento das organizações de agricultoras (es) que produzem e comercializam alimentos para atender o mercado institucional. Ao mesmo tempo se intensificam as atividades de agroindustrialização, a partir do resgate histórico das famílias, na transformação de alimentos, aliadas a atividade do turismo rural (produzir alimentos para os visitantes das comunidades). Atividades que contribuíram para atrair o retorno de jovens que haviam saído das propriedades rurais em busca de trabalho e melhores condições no meio urbano.

Segundo Maluf (2004), nas regiões onde se identifica uma agricultura familiar diversificada, esta tem favorecido às famílias o incremento das fontes de renda, com a instalação de pequenas agroindústrias, aumentando ainda mais o conjunto de produtos que passam a constituir e circular nos mercados locais e regionais.

No município de Rolante, os anos de 2000 são marcados por investimentos das famílias, nos espaços das agroindústrias, visando melhorias e adequações sanitárias, bem como a legalização sob os aspectos ambientais, sanitários, fiscais e tributários, em nível de municipal, estadual e federal. Há um processo crescente de formalização e legalização de novas agroindústrias familiares e, segundo a EMATER/RS local, atualmente são mais de 30 empreendimentos que processam, principalmente frutas e farináceos. Esses empreendimentos estão associados a uma estratégia de desenvolvimento do turismo rural.

7.3 A PESQUISA DE CAMPO: PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS-COMPOSIÇÃO FAMILIAR, FAIXA ETÁRIA E ESCOLARIDADE.

As mulheres entrevistadas são todas de origem italiana. Das cinco entrevistadas, quatro são casadas e, apenas uma solteira. Todas fazem parte de um núcleo familiar composto por (pai mãe e filhos). Uma das casadas mora na mesma residência dos pais. Nenhuma delas tem mais de dois filhos. Possuem idade entre 25 (mais nova) e 52 anos (a mais velha). Constata-se que as mulheres, nessa faixa etária, possuem uma grande contribuição social produtiva na perspectiva do desenvolvimento rural.

Três das mulheres entrevistadas possuem Ensino Médio e as outras duas, além do Ensino Médio, possuem um curso profissionalizante - o Magistério e o Técnico em Enologia. Observa-se que as mulheres mais novas têm mais anos de estudos, o que demonstra um processo de mudança, em relação ao nível de escolaridade das pessoas que vivem no meio rural.

As entrevistadas, antes de atuarem nas agroindústrias, mantinham-se ocupadas na produção de alimentos; sendo que três delas desenvolviam, conjuntamente o artesanato, a costura de malhas e a fabricação de sapatos, como forma de melhorar a renda familiar. Atualmente todas elas têm como maior ocupação e renda a agroindustrialização de alimentos.

Considerando-se a pluriatividade, situação em que há a combinação de atividades agrícolas dentro e fora da unidade de produção ou a combinação de atividade agrícola dentro da unidade com uma atividade não agrícola, neste sentido verificasse que a mulheres entrevistadas exercem a pluriatividade.

Conforme Schneider (2001) define-se a pluriatividade em linhas gerais, como situações em que os indivíduos que fazem parte domicílios rurais, buscam por atividades econômicas e produtivas não diretamente ligadas ao cultivo da terra, ou seja, não exclusivamente agrícolas.

Ainda, para esse autor, a pluriatividade pode ser entendida também como:

Uma estratégia de reprodução social da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam, fundamentalmente, com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, o autor argumenta que, embora integradas ao ordenamento social e econômico, essas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas. (SCHNEIDER, 2001, p. 32)

Nas famílias rurais, geralmente as mulheres, ao desenvolverem atividades não agrícolas e pluriativas estão buscando a emancipação e cidadania (GOUVEIA, 2003, p. 48).

O mesmo autor argumenta que:

Ainda que os dados apresentados não façam referência direta à dimensão da pluriatividade na agricultura familiar, pode-se fazer inferências sobre quem são as pessoas que, com mais frequência, atuam para além do especificamente agrícola, principalmente no contexto dos debates sobre o “novo rural” e os modos como outras dimensões econômicas – como serviços, turismo, artesanato, gastronomia e até mesmo um certo modo de vida – vêm sendo reforçadas nos discursos e políticas como alternativa eficaz para o desenvolvimento rural. (GOUVEIA, 2003, p. 46).

A busca por atividades não agrícolas tem aumentado no meio rural, o que não tem significado o abandono das atividades agrícolas. Segundo Schneider (2006) a pluriatividade é apontada como fator de um desenvolvimento rural que extrapola o desenvolvimento da agricultura. Por ser uma alternativa para a geração de emprego e renda, a pluriatividade possui um papel estratégico para o desenvolvimento rural.

7.4 AS MULHERES RURAIS E O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

De acordo com os resultados da pesquisa, as mulheres iniciaram suas atividades na agroindústria a partir de: o conhecimento herdado da família; pela prática de fazer para o consumo familiar e/ou mesmo pela experiência de uma produção em escala maior, para eventos na comunidade. Frente a esse conhecimento e experiência, começam a fazer os produtos, havendo assim aumento da demanda e necessidade de ampliar o negócio.

Figura 2 - À esquerda, agroindústria de farináceos. À direita, produtos elaborados.



Fonte Escritório Municipal da Emater de Rolante.2013

Segundo Pellegrini e Gazolla (2008), uma das principais características no surgimento das agroindústrias familiares refere-se ao conhecimento tácito e contextual dos agricultores nos processos agroindustriais.

A tradição artesanal na confecção de produtos por parte da mulher marca em muitos casos o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho na propriedade (NASCIMENTO NETO et al., 2005).

As mulheres rurais entrevistadas, aos poucos foram investindo nas agroindústrias, adequando o espaço e aumentando número de equipamentos com recursos próprios. Todas as entrevistadas acessaram de um a dois créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF), com o objetivo de atender as adequações sanitárias e ao mesmo tempo de ampliar a infraestrutura do empreendimento. Todas relataram que era preciso dar definição a atividade, tinham conhecimento da produção e da demanda por parte dos consumidores, porém havia as limitações na comercialização, devido à falta de legalização dos produtos.

Figura 3 - Agroindústria de Suco de Uva



Fonte Escritório Municipal da Emater de Rolante 2013

As cinco agricultoras entrevistadas possuem percepção positiva em relação ao acesso a crédito. Elas mencionaram ter recebido orientação e apoio técnico, na elaboração do projeto, de técnicos da EMATER/RS e quanto ao acesso, ao recurso no banco, “*não foi difícil e nem demorado*” (Entrevista quatro, agricultora, 52anos). Uma das entrevistadas relatou que a ideia da nova agroindústria foi dela, porém, o recurso para investimento se deu via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), acessado em nome do marido Informa, ainda, que a agroindústria esta registrada em nome dele, porque o marido já esta aposentado, e ela não. Pretende se aposentar em condição de segurada especial.

As cinco mulheres rurais entrevistadas mencionam ter tomado a decisão em acessar o Programa de Agroindústria Familiar devido à necessidade de agregar renda à matéria prima, assim como de regularizar atividade.

“Através do apoio e incentivos da Emater, por ocasião das dificuldades econômicas ligadas a venda dos produtos (matéria-prima), onde já era produzido os vinhos e sucos, mas tivemos dificuldades em comercializá-los, por não termos a regularização necessária. Aos poucos fui aumentando até o momento que decidi de investir na agroindústria. (Entrevista dois, 25 anos)”

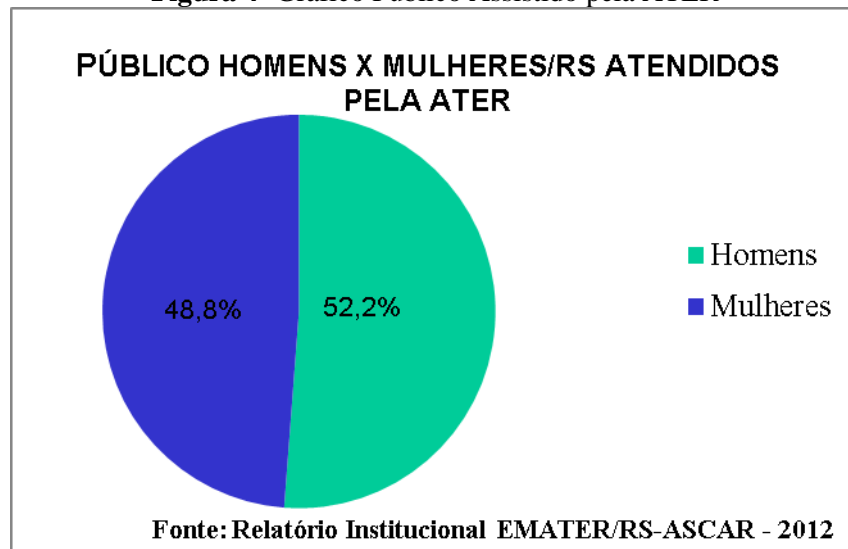
“A venda da uva não era o suficiente (pagamento escasso). Então se começa a transformação da uva em vinho. Fomos autuados, então a decisão de parar ou continuar - não havia sustentabilidade na produção para comercialização,

assim foi decidido a formação da agroindústria. (Entrevista, cinco, agricultora, 31anos)”

“Na verdade decidi entrar no PAF porque não tínhamos outra saída, fomos autuados na cantina com a fabricação ilegal de vinhos (sem registro no ministério), então precisamos registrar e automaticamente já ingressamos no PAF. (Entrevista um, agricultora, 40anos)”

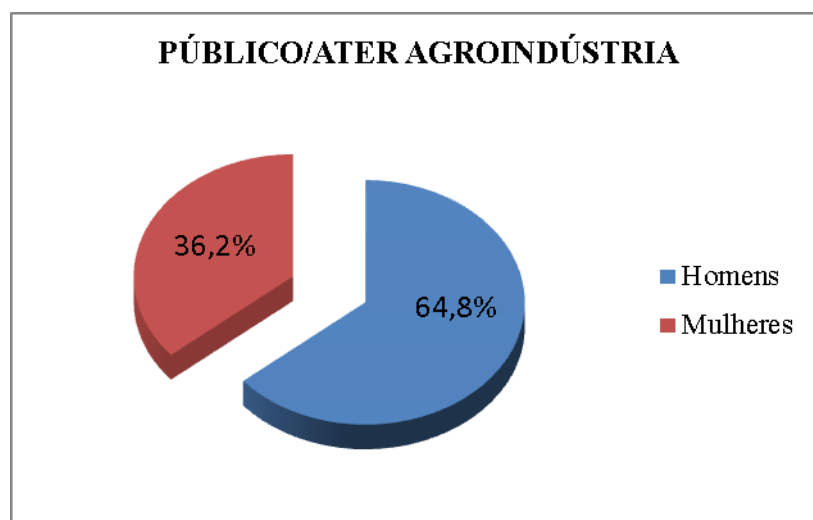
As cinco mulheres entrevistadas mencionaram que na implantação e condução das agroindústrias são assessoradas por três instituições: a Prefeitura Municipal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a EMATER/RS. A EMATER/RS contribui na elaboração dos projetos, na documentação e registros das agroindústrias e ajuda técnica para os parreirais, assim como no aperfeiçoamento das atividades. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais dá assistência técnica no uso dos agrotóxicos, insumos e recomendações nas plantações. A Prefeitura Municipal apoia as mulheres na infraestrutura (máquinas para manutenção da propriedade), na logística, divulgação e, em feiras e eventos.

No que se refere às ações de ATER, entre os objetivos está a promoção da igualdade de gênero, como forma de: contribuir para a participação ativa das mulheres na construção e no acesso às políticas públicas relacionadas ao mercado de trabalho, aos direitos e à autonomia em sua atividade produtiva no meio rural; cooperar para sua inclusão produtiva e para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras que garantam o seu autossustento; reconhecimento, respeito e fortalecimento de suas formas organizativas, primando pelo protagonismo e pela extinção das formas tutelares de atuação; colaborar para a eliminação das discriminações entre os gêneros e trabalhar pela equidade de oportunidades entre as pessoas que vivem no mundo rural, com atenção especial às mulheres. (EMATER. RIO GRANDE DO SUL/ASCAR, 2011). Do total de 336.284 pessoas atendidas, 164.100 são mulheres, correspondendo a 48,8% do público atendido.

Figura 4 -Gráfico Público Assistido pela ATER

Fonte: Emater/RS. 2012.

Quanto às ações de ATER, na temática da agroindústria, observa-se uma participação significativa das mulheres nas ações que se referem ao assessoramento técnico na implantação, regularização, operacionalização, assim como e boas práticas de fabricação. Do total de 10.877 pessoas atendidas, 3.928 são mulheres, correspondendo 36,2% do público atendido.

Figura 5 - Gráfico Público Assistido pela ATER/Agroindústria

Fonte: Emater/RS-SISPLAN, 2012.

O papel dos agentes de desenvolvimento é determinante no processo de empoderamento das mulheres rurais uma vez que eles constituem os principais elos de aproximação da política, assim como mobilizadores da mudança social (VELHO; KUSCHNIR, 1996). Neste sentido, as mulheres rurais buscam nas instituições locais e nos agentes de desenvolvimento apoio e conhecimento para ampliar, adequar e qualificar suas

atividades produtivas, o que tem sido uma construção conjunta (agricultoras e técnicos) na viabilização e implementação das agroindústrias familiares.

No entanto, conforme Silliprandi (2009) as mulheres ainda possuem dificuldades em relação ao acesso as políticas públicas, instituições como bancos, órgãos de assistência técnica e organizações não governamentais. Estas ainda hoje relutam em reconhecê-las como sujeitos portadores de direitos e capazes de tomar as suas próprias decisões, dificultando ou mesmo impedindo que elas tenham acesso aos programas existentes.

Para Stuver e Wiskerke (2004) os conhecimentos tácitos das agricultoras (es) sobre a agroindustrialização de alimentos são integrados a outros atores sociais como extensionistas, consumidores, agentes de desenvolvimento, que possuem conhecimentos científicos e formais, que somam-se na implementação de programas e projetos, sejam eles, individuais ou coletivos, na perspectiva do desenvolvimento local.

7.5 AS MULHERES RURAIS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR.

De acordo com os resultados da pesquisa, todas as agroindústrias (5) iniciaram com conhecimento e participação das mulheres. As principais matérias prima primas processadas: três agroindústrias processam a uva bordô, niágara, isabel e guethe, que transformam em sucos e vinhos; duas agroindústrias de farináceos que elaboram agnoline ,massas, tortei, nhoque pão, cucas entre outros. Observa-se nas unidades familiares o processamento de outras matérias primas - frutas, tais como: figo, goiaba, pera, pêssego e abóbora e também o beneficiamento do leite.

Por volta dos anos dois mil percebe-se o início do processo de legalização das agroindústrias. Desde essa época foram sendo feitas adequações aperfeiçoamentos e investimentos em novas infraestruturas. As agroindústrias possuem dez a 15 anos de atividade. Há, pois, experiência cumulada pelas mulheres para consolidação dos empreendimentos.

Os agentes de desenvolvimento têm contribuído na aproximação das políticas públicas, mas são as mulheres as diretamente responsáveis na definição dos projetos, no acesso aos recursos e na gestão dos empreendimentos.

“As ideias são minhas, mas a decisão dos investimentos é conjuntamente. (Entrevista quatro, agricultora, 52anos)”

“Apoio das meninas da Emater foi importante, tinha dificuldade em decidir, pois meu marido achava um investimento alto e o que ele desejava mesmo era ter um porão. Então negocieei eu fiz agroindústria na parte de cima da construção e na parte inferior definiu-se o porão (parte que ficou para ele fazer os doces, que é o que gosta de fazer). (Entrevista três, agricultora, 51 anos)”

Segundo Long e Ploeg (1994), ocorrência de uma ação social a ser apreendida como efeito dessa “capacidade de agente”, isto é, como ação de um autor, pressupõe o efeito dessa ação sobre outros. Para que ação social ocorra torna-se essencial que os atores sociais vençam lutas que advêm da atribuição de significados sociais específicos a determinados acontecimentos, ações e ideias.

Portanto a importância da viabilização, pelas mulheres, de uma ideia, de uma vontade, e por fim o “poder” significa um processo de empoderamento na dimensão individual, que é necessária a confiança da própria pessoa, da sua autoestima, do seu acesso à informação, e ao reconhecimento de suas habilidades, assim como a capacidade de identificar oportunidades (MAHUMAD, 2003).

Quanto ao trabalho na agroindústria, atualmente, tudo é feito pelo casal (mulher e o marido). Nas agroindústrias que processam a uva, desde os tratos culturais na lavoura, até a embalagem, assim como a comercialização, tudo é feito por ambos. No caso das agroindústrias de farináceos a mão de obra em todo processo também é realizada conjuntamente, seja no preparo da massa e recheios para os (torteis e agnolines), quanto na pesagem, embalagem e comercialização dos produtos. Aqui, verifica-se o trabalho do homem no auxílio à mulher.

A agroindustrialização, no interior das unidades familiares, tem promovido significativas transformações nas relações familiares e de trabalho. A atividade envolve a mobilização de diferentes competências dos membros da família, em atividades que vão desde a produção, processamento e até a venda (MIOR, 2005, p. 211).

Uma parte menos significativa dos produtos é vendida na própria propriedade, em torno de 10 a 30%, sendo que a grande parte é vendida em estabelecimentos comerciais, na sede do município e na região. Os recursos gerados pela agroindústria, na maioria, são utilizados para investimentos de melhorias dos empreendimentos, modificação do visual da

empresa, rótulos e manutenção das propriedades e compra de equipamentos para facilitar o trabalho, tendo em vista a escassez de mão de obra.

Segundo Kageyama (2008) o desenvolvimento rural implica na criação de novos produtos e serviços, associados a novos mercados; a procura de formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas, tentativas de reconstruir a agricultura não apenas a nível de estabelecimento, mas em termos do local, do regional e da economia rural.

Importante é destacar que as agroindústrias contribuem para a pluriatividade, através do emprego de parentes e vizinhos nas atividades de processamento e embalagem dos alimentos e, também, no desenvolvimento de atividades agrícolas.

As agroindústrias familiares dispõem efetivamente com a mão de obra de duas a quatro pessoas por família. Porém nas duas agroindústrias de farináceos, devido a demanda de produção do agnoline artesanal, há contratação de homens e mulheres para confecção final dos produtos. Ambas contratam de três a cinco pessoas meio turno, quatro vezes por semana. Para as pessoas que prestam essa mão de obra, verifica-se a importância da oportunidade de mais uma renda para a família, mas, também, a oportunidade de trocas de ideias e convívio social, de saúde inclusive, pela oportunidade de sair do isolamento (depressão). Percebe-se que a mulheres rurais, através da implantação das agroindústrias, tem contribuindo para o desenvolvimento rural.

Verifica-se que além da questão econômica, do trabalho e renda proporcionada pela atividade da produção das novidades, geradas pelas agroindústrias, há a questão social, ligada ao bem-estar familiar e ao aumento da qualidade de vida do grupo. Estes diferentes efeitos gerados pelas novidades reafirmam seu caráter multidimensional de ocorrência como alguns autores ressaltaram (PLOEG et al., 2004 ; STUIVER ; WISKERKE, 2004).

A maior parte do tempo das famílias é dedicada às atividades da agroindústria. É pela agroindústria que se dá a maior entrada de recursos financeiros às famílias. Das cinco entrevistadas, quatro famílias possuem outras rendas, como: o benefício de aposentadoria, o benefício de saúde e o benefício de prestação continuada, na composição da renda familiar. Benefícios, esses, são importantes e estratégicos na reprodução social das famílias, assim como na consolidação das agroindústrias.

Para Brumer (2004), estes benefícios da previdência social, são importantes, não apenas para complementar a renda familiar, mas também como uma garantia para pagamento do crédito.

Ainda, segundo a autora, a ampliação dos direitos à aposentadoria e pensão para as trabalhadoras rurais foi uma das políticas com maior impacto na distribuição de renda já registradas no Brasil.

7.6 CONTRIBUIÇÕES, PERSPECTIVAS E OS DESAFIOS DAS MULHERES RURAIS NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR.

Por meio das entrevistas com os profissionais das instituições locais (EMATER/RS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal), pode-se constatar nos relatos que o Programa de Agroindústria Familiar é um dos programas mais importantes desenvolvidos no município para o meio rural. A relevância encontra-se porque esta é uma política que contribui para a permanência dos jovens e das famílias, assim como para o desenvolvimento do meio rural, a partir de um trabalho organizado e eficiente das famílias na produção de alimentos. Essa política pública traz benefícios como trabalho, renda e melhor qualidade de vida as famílias rurais.

Segundo Marsden (1999), recursos que eram até então menosprezados pelo modelo de modernização agrícola, como a cultura e o saber local, agora começam a serem vistos como cruciais para a emergência de um novo modelo de produção e de consumo alimentar.

Profissionais das instituições entrevistadas afirmam que as mulheres rurais contribuem na diversidade da produção de alimentos e de alimentos fornecidos ao mercado institucional (PNAE e PAA), na economia local, na valorização da cultura e da identidade, através do resgate da produção de alimentos. Ao mesmo tempo contribuem para o aumento da produção de alimentos, renda e a permanência das famílias no meio rural.

Atualmente, políticas públicas e seus instrumentos (PRONAF, PNAE e PAA) têm contribuído para inclusão de alimentos produzidos pela agricultura familiar no mercado institucional.

A Lei n.º 11.947, Art 14º, assim estabelece:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, para compras de gêneros alimentícios para o PNAE, no mínimo 30% deverão ser adquiridos diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL. PRESIDÊNCIA, 2009)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, através da transferência de recursos financeiros para alimentação escolar dos alunos da educação infantil e do ensino

fundamental e médio, visa atender as necessidades nutricionais, durante a permanência em sala de aula. Contribui, assim, para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis.

De outro lado, essa política de incentivo à produção e consumo, no âmbito do município e da região, constitui-se em estímulo fundamental ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da agricultura familiar, gerando mais oportunidades de trabalho e aumento de renda, fortalecendo, assim, as economias locais.

A qualidade aos alimentos agroindustrializados pelas mulheres é impressa a partir do conhecimento em produzir alimentos para o consumo familiar - “*desta forma de processar o alimento*”- (agente de desenvolvimento, EMATER/RS), elas vão conquistando consumidores e mercados, como o caso do fornecimento para o mercado institucional da alimentação escolar.

Ainda, segundo os entrevistados, na condução das agroindústrias, as mulheres são mais detalhistas, se preocupam com o todo (apresentação do produto, *design*), são mais críticas, buscam novos mercados, são decisivas na hora de acessar o crédito. “*Assim como possuem uma avaliação mais apurada dos prós e contras e são mais perspicazes. Primeiro avaliam bem para depois investir*”. (agente de desenvolvimento, Prefeitura Municipal).

As mulheres e homens assumem igualmente, nos dias atuais, as atividades, os procedimentos e encaminhamentos necessários na organização, legalização e manutenção das agroindústrias. No passado recente, até o final da década de 1990, era o homem quem tomava as decisões sobre a agroindústria e somente informava a família. Atualmente, a mulher tem mais voz ativa nas decisões da propriedade. O nome dos maridos ainda aparece muito nas agroindústrias, mas elas vêm ocupando seu espaço, apoiadas por seus companheiros. A mulher começa aparecer mais à frente da administração e da comercialização.

Segundo as mulheres rurais entrevistadas, os principais desafios postos são em relação ao processo de legalização sanitária e fiscal das agroindústrias, bem como a manutenção das contribuições tributárias e fiscais, pelos altos custos aos pequenos empreendimentos. Outro grande desafio é a manutenção da produção da matéria prima, assim como do processamento e comercialização, frente a pouca mão de obra existente nas unidades de produção familiar.

Para as mulheres, o trabalho nas agroindústrias trouxe novas perspectivas, como:

- a) contribuir na definição da unidade produtiva familiar - “Se não fosse pelas agroindústrias nossa família não estaria mais residindo na comunidade, por ser distante da cidade (facilidades da cidade) é por que está difícil a forma de vida

no interior - pouco rendimento lucrativo. E eu não teria estudado, me formado e voltado para a propriedade para trabalhar e residir. Hoje possuo casa própria na comunidade e resido lá.” (Entrevista dois, agricultora, 25 anos).

- b) poder de decisão, mesmo que ainda dependendo da negociação e opinião do marido – “Meu marido achava um investimento alto e o que ele desejava mesmo era ter um porão. Então negocieei. Eu fiz agroindústria na parte de cima da construção e na parte inferior definiu-se o porão (parte que ficou para ele fazer os doces, que é o que gosta de fazer)”. (Entrevista três, agricultora, 51 anos).
- c) definir, acreditar e persistir numa ideia própria – “A ideia é minha. Ele fez um PRONAF no nome dele, bem como a agroindústria, pois ele já está aposentado e eu ainda não. Então decidimos assim, para que eu possa me aposentar com o benefício de agricultora”. (Entrevista três, agricultora, 51 anos).
- d) buscar espaço, através da capacidade, conhecimento e disposição para mudanças - “No início era difícil a aceitação de mulheres em frente ao negócio, tanto para o patriarca da família que sempre administrou tudo sozinho e apenas comunicava as mudanças, quanto para os clientes que veem as mulheres frente ao negócio e sentem-se admirados”. (Entrevista dois, agricultora, 25 anos).
- e) gerenciar, contratar e aperfeiçoar o trabalho - “Comprei o meu carro, fiz a carteira de motorista, facilitou o meu trabalho”. (Entrevista três, agricultora, 51 anos);
- f) aumentar a renda e a qualidade vida, com reconhecimento do trabalho pelas pessoas - "Passou a ser reconhecida por todos. Reconhecimento do trabalho, a renda aumentou, o local de trabalho também melhorou”. (Entrevista quatro, agricultora, 52 anos).
- g) dividir tarefas na unidade de produção familiar - “Todas as atividades são feitas por mim e o marido, desde a lavoura (tratos culturais e colheita), processamento, embalagem e venda, assim como nas tarefas da casa, tudo fizemos juntos”. (Entrevista nº cinco, agricultora, 31 anos).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dessa temática justificou-se pela necessidade de compreender melhor a participação das mulheres rurais no acesso às políticas públicas de fomento a processos de agroindustrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar, na perspectiva do desenvolvimento rural.

Ao analisar a participação da mulher na agroindustrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar, constataram-se aspectos importantes como: - mulheres em faixa etária social produtiva e com maior grau de escolarização, modificando a realidade em termos de mudança de mentalidade nas decisões e na produção e possibilitando a ampliação e qualificação de trabalho e serviços prestados ao rural.

Identificou-se, ainda, a pluriatividade exercida pelas mulheres que, através de seu aperfeiçoamento profissional e atividades executadas, contribuem favoravelmente para o desenvolvimento rural.

Quanto ao acesso das mulheres às políticas públicas de implantação das agroindústrias familiares, verificou-se a intermediação dos agentes de desenvolvimento local, detentores das regras normativas e conhecimentos técnicos, que, envolvidos com os conhecimentos tácitos das agricultoras, interagem em uma construção continuada e coesa. Nesse sentido, se verifica que as políticas públicas auxiliam na habilitação de conhecimentos e práticas de empoderamento das mulheres, a partir seus próprios conhecimentos, habilidades e capacidades.

Salientou-se, também, a postura e condução favorável dos agentes de desenvolvimento rural, em relação à aproximação das políticas públicas às mulheres rurais, questionáveis até pouco tempo atrás.

Dá-se um processo de mudanças nas relações de trabalho nas agroindústrias familiares onde as negociações são feitas pelas mulheres, constituindo-se de argumentações que mobilizam conhecimentos existentes e incorporam outros, em uma dinâmica de construção e desconstrução. Desta forma, fortalece-se a tomada de decisões, a partir do resultado das suas interações.

A participação da mulher no espaço da agroindústria esta relacionada à tomada de decisão pautada na garantia de sua autonomia e nas interfaces de conhecimento que foram fundamentais para vencer dificuldades relacionadas à legalização, à gestão e à busca de

mercados. Conhecimento esses, também, de base histórica, de tradição e de valores agregados a agroindustrialização dos alimentos.

Para as mulheres rurais, a definição pela atividade de agroindustrialização de alimentos, trouxe novas perspectivas para suas vidas como: o trabalho em uma ideia própria, sua valorização e reconhecimento, mais renda, qualidade de vida; autoestima, poder de compra e melhor viver no rural.

Por fim, na percepção das mulheres rurais, há importantes desafios ainda a serem vencidos, principalmente em relação a exigências sanitárias, fiscais, à logística e à escassez de mão de obra, para dar continuidade à produção e à agroindustrialização de alimentos no meio rural.

A pesquisa comprovou a importância da mulher rural no desenvolvimento local, conhecida e reconhecida pelos agentes de desenvolvimento rural, assim como pela comunidade em que está inserida, pelo seu modo de atuação inovador, desafiador e comprometido. Sua contribuição vai além da produção, transformação diversificada de alimentos saudáveis, geração de emprego e renda, fortalecimento da economia e da cultura local, é agente transformador do meio rural na perspectiva sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA, NEAD, Consultoria IICA 940/98, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Juventude Rural: ampliando as oportunidades. **Raízes da Terra**: parcerias para construção do capital social, Brasília, v. 1, n. 1, p.1-2, 2005.
- ALMEIDA, J. ; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1997.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- ALTIERI, M. A. **Agroecology**: The scientific basis of alternative agriculture. Boulder: Westview Press, 1987.
- BALDASSO, N. A. **O caso do município de Rolante**. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://nuevo.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/rolante_br.pdf> Acesso em: 04 jun. 2013.
- BONI, V. Agroindústrias Familiares: uma perspectiva de gênero. Encontro Anual da ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR. GRUPO DE TRABALHO ATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Versão Final. Brasília, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2010.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BRUMER, A. et al. **Como será o campo amanhã?** A situação dos jovens rurais do oeste catarinense numa perspectiva de gênero: Relatório de Pesquisa. Porto Alegre, 2007.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável:** material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** Bahia, 2000. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

DEERE, C. D. **O empoderamento da mulher:** direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELLIS, F. ; BIGGS, S. Evolving themes in rural development – 1950s-2000s. **Development Policy Review**, Malden, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

EMATER. RIO GRANDE DO SUL/ASCAR. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR:** a gestão do processo de planejamento. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2011.

GELUK-GELUK, A. The position of farm women in the netherlands. In: PLAS, L. van der, FONTE, M. (Org.). **Rural Gender Studies in Europe.** Van Gorcum: Assen, 1994.

GOUVEIA, T. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares. In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Observatório da Cidadania 2003:** população pobre *versus* mercado. Rio de Janeiro: IteM: Ibase, 2003. P. 44–49. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/oc-relat%C3%B3rio-observat%C3%B3rio-da-cidadania-2003.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

KAGEYAMA, A. ; HOFFMANN, R. **Pobreza, segurança alimentar e saúde no Brasil.** Campinas: Fundação Economia de Campinas, 2007.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set/dez. 2005.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LONG, N. ; PLOEG, J. D. van der. Eterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). **Rethinking social development:** theory, research and practice. London: Longman, 1994. P.62-90.

LÜDKEE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAHUMAD, S. Actually how Empowering is Microcredit. Institute of Social Studies. **Development and Change**, Oxford, v.34, n.4, p.577-605, 2003.

MALUF, R.S.J. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MARQUES, P. E. M. Reflexões sobre os impactos das intervenções da linha infra-estrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., Porto Alegre. **Anais...** p.1911-1921. Porto Alegre, 2002. 1 CD-ROM.

MARSDEN, T. Rural futures: the consumption countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 39, n. 4, 1999.

MATTEI, L. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, 2005.

MENASCHE, R. (Org.). **A Agricultura Familiar à Mesa: Saberes e Prática da Alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Salvador: Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1996

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NASCIMENTO NETO, F.; et al. Legislação sanitária e tecnológica: um estudo de caso em agroindústria de alimento de pequeno porte no meio rural do Estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, 1., 2005, São Luiz Gonzaga. **Anais...** São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NUNES, E. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, 1996.

OLIVEIRA, J. A., PREZOTTO, L. L.; VOIGT, L. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis: CEPAGRO, 1999.

OLIVEIRA, J. A., PREZOTTO, L. L.; VOIGT, L. **Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares no estado do Rio grande do Sul**: relatório de estudo especial. Florianópolis: Cooperativa de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, 2002.

PELLEGRINI, G. ; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: URI, 2008.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Malden, v.40, n.4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. van der. et al. On Regimes, Novelty, Niches and Co-Production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.) **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. P. 1-28.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo. Programa de Agroindústria Familiar. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.sdr.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SACHS, Ignacy. Das coisas e dos homens: Teoria do Desenvolvimento a espera de sua revolução copernicana. **Jornal da Ciência**, São Paulo, n. 1836, 23 jul. 2001. Notícias de C&T - Serviço da SBPC.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas, **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 165-184, abr. 2001.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. ; SILVA, M. K. ; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. P. 21-50.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAPONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias de integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n 1, p.187-192,2000.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SOUZA, C. Reinventando o poder local. Limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, 1996.

STUIVER, M.; WISKERKE, J. S. C. The power of Experience: Farmers' Knowledge and Sustainable Innovations in Agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. 356 p.

TERLUIN, I.J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, Aberystwyth, v.19, p. 327-344, 2003.

TONIAL, M. A. L. **Políticas públicas para mulheres rurais**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2013.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto**. [s. l. : s.n.], 1998.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: O desafio do Século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA: CNDRS: NEAD, 2001.

VELHO, G; KUSCHNIR, K. Mediação e metamorfose In: **Mana: Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. P. 97-107.

WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIÓN EN AMÉRICA LATINA. **Anais...** Campinas – SP: UNICAMP, 2003.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, van der J. D. (Org.) **Seeds of Transition: Essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Wageningen: Royal van Gorcum, 2004.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS MULHERES RURAIS

DATA: LOCALIDADE: MUNICÍPIO:

ENTREVISTADORA (O): NÚMERO:

DADOS GERAIS

1. Nome :
2. Idade:
3. Estado Civil
4. Escolaridade:
6. Tem filhos e filhas Sim () Não ()
7. Principais atividades econômicas:.....

**HISTORICO DAS MULHERES QUE ACESSARAM O PROGRAMA DE
AGROINDÚSTRIA FAMILIAR**

1. Que atividades desenvolviam antes da agroindústria?
2. De que forma tomou conhecimento sobre o Programa de Agroindústria Familiar?
3. Como você decidiu em participar do Programa de Agroindústria Familiar?
4. Que recurso utilizou? Próprio? Financiamento? Qual o valor?
5. Encontrou dificuldade em acessar o PAF? Se sim, quais?
6. Além da renda da agroindústria, que outras rendas tem?(aposentadoria, outros benefícios) .
7. Quais as matérias primas processadas?
8. Há quanto tempo possui agroindústria?
9. Quem faz a venda dos produtos?
10. A que se destina o recurso gerado pela agroindústria?
11. Quem decide sobre o uso do recurso?
12. Quem participa e o qual a atividade que faz na agroindústria?
13. Você conta com algum tipo de assessoramento (Sindicato, EMATER, Prefeitura, outros.)?Se sim, o que cada um apoia?
14. O que melhorou após a implantação da agroindústria?
15. Quais são as maiores dificuldades na condução da agroindústria?
16. Sob tua visão qual a contribuição da agroindústria no município e na região?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ENTIDADES LOCAIS**DADOS GERAIS:****NOME:****SEXO:****INSTITUIÇÃO:**.....**MUNICÍPIO:****CARGO:**.....

1. Como a Instituição vê o Programa de Agroindústria Familiar no município?
2. Como a Instituição tem aproximado essa política pública às mulheres rurais?
3. Quem mais acessa o Programa de Agroindústria no município? Homens ou mulheres por quê?
4. Você acha que as mulheres têm necessidades diferenciadas no acesso ao Programa? Quais?
5. Os empreendimentos das mulheres têm contribuído no desenvolvimento socioeconômico do município? De que forma?
6. Há diferenças no assessoramento, apoio no Programa entre homens e mulheres?
7. As mulheres têm trazido aprimoramentos, inovações no processo de agroindustrialização de alimentos? De que forma?
8. Quais as dificuldades encontradas pelas mulheres na estruturação da agroindústria? E quais as facilidades?
9. O que pode ser melhorando no programa para que possa facilitar o acesso das mulheres?

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E
ESCLARECIDO**



Trabalho de Conclusão de Curso

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este Consentimento Informado explica o Trabalho de Conclusão de Curso “título do projeto/tcc” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do Trabalho de Conclusão de Curso “título do projeto/tcc” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, que tem como objetivo “descrever os objetivos”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Nome completo” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um Trabalho de Conclusão de Curso escrito pelo aluno. Para isso, () AUTORIZO / () NÃO AUTORIZO a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

(Cidade local) , ____/____/2013